

## Avenida Presidente Vargas: mapeamento dos espaços de sociabilidade religiosa desaparecidos com as intervenções urbanas no Rio de Janeiro

DOI: 10.20396/labore.v16i00.8671580

Apresentado no XIV Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo [SIU 2022]

Selecionado para publicação na Labor & Engenho

**Naylor Vilas Boas**

<https://orcid.org/0000-0001-8099-7952>

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro [RJ] Brasil

**Verena Andreatta**

<https://orcid.org/0000-0002-0773-095X>

Universidad Politècnica de Catalunya / Barcelona [Espanha]

**Francesca Martinelli**

<https://orcid.org/0000-0003-3129-610X>

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro [RJ] Brasil

**Talita Simão Luiz Araujo**

<https://orcid.org/0000-0002-1711-2549>

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro [RJ] Brasil

### RESUMO

Durante o período ditatorial do Estado Novo brasileiro (1937-1945) diversas foram as intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Distrito Federal. Uma análise do impacto destas intervenções, que modificaram substancialmente o traçado e os rumos de expansão da cidade, é ainda pouco presente na historiografia, uma vez que estas não fazem parte da memória urbanística moderna da cidade. Esse apagamento, resultante da censura do período, entre outros aspectos, se reflete hoje também na ausência de informações sobre a população destituída dos seus lugares. O presente artigo aborda as transformações urbanas ocorridas no período e, a partir do recorte da religião, objetiva o mapeamento dos espaços de sociabilidade desaparecidos com a abertura da Avenida Presidente Vargas, uma das intervenções do período. Como metodologia, uma abordagem através da literatura sobre o Rio de Janeiro é complementada pela pesquisa em fontes primárias em busca de relatos que permitam situar tais informações no espaço urbano. O mapeamento revela a presença de espaços religiosos desaparecidos para além da fé católica com a abertura da Avenida e permite constituir uma base de dados passíveis de serem associados aos mapas históricos da cidade.

### PALAVRAS-CHAVE

Intervenções urbanas. Espaços religiosos. Avenida Presidente Vargas. Estado Novo.

### **Presidente Vargas Avenue: mapping of religious sociability spaces disappeared in urban interventions at Rio de Janeiro city, Brazil**

### ABSTRACT

During the dictatorial period of the Brazilian Estado Novo (1937-1945) there were several urban interventions in the city of Rio de Janeiro, then capital of the Federal District. An analysis of the impact of these interventions, which substantially modified the route and the course of expansion of the city, is still little present in the historiography, since they are not part of the modern urban memory of the city. This erasure, resulting from the censorship of the period, among other aspects, is also reflected today in the absence of information about the population deprived of their places. This article addresses the urban transformations that took place in the period and, from the point of view of religion, aims to map the spaces of sociability that disappeared with the opening of Presidente Vargas Avenue, one of the interventions of the period. As a methodology, an approach through the literature on Rio de Janeiro is complemented by research in primary sources in search of reports that allow placing such information in the urban space. The mapping reveals the presence of religious spaces that have disappeared beyond the Catholic faith with the opening of the Avenue and allows the creation of a database that can be associated with the city's historical maps.

### KEYWORDS

Urban interventions. Religious spaces. Presidente Vargas Avenue. Estado Novo.

## 1. Introdução

O tema das intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro faz parte da história da urbe do passado colonial que foi se transformando no tempo até consolidar-se como cidade moderna no século XX. Ao longo deste século, mudanças sociais e urbanísticas em períodos de exceção afetaram sobremaneira sua estrutura física com inúmeras consequências para a população. A abertura da Avenida Presidente Vargas, no período ditatorial do Estado Novo brasileiro (1937-1945), é um exemplo que foi levado ao paroxismo, seja pela extensão ou amplitude da transformação ocorrida na área central da cidade, seja pela ausência de informações sobre a população destituída dos seus lugares.

As consequências da destruição do vasto tecido urbano colonial trouxeram como marca o desmantelamento, entre outros aspectos, da sociabilidade religiosa constituída naquela área da cidade. Apesar da abrangência e dos impactos dessas transformações, poucos são os estudos aprofundados na historiografia da cidade sobre o deslocamento daquela população. Nesse sentido, a importância de mapear os espaços religiosos desaparecidos se torna primordial para a análise pretendida.

Neste ensaio propõe-se alcançar dois objetivos: o primeiro deles consiste em contextualizar a transformação ocorrida na cidade do Rio de Janeiro no período do Estado Novo. Com a abertura da Avenida Presidente Vargas, ruas e quarteirões inteiros foram demolidos, centenas de edificações desapareceram, incluindo expressivos exemplares da arquitetura religiosa luso-brasileira relacionados à fé católica. O segundo objetivo consiste no mapeamento dos espaços religiosos para além da fé católica, considerando práticas reprimidas pelo Estado, como as de matriz afro-brasileira, que também possam ter sido desarticuladas espacialmente.

## 2. A produção do espaço urbano na Era Vargas

A busca da construção de uma imagem de autoridade no período ditatorial do Estado Novo brasileiro (1937-1945) foi, entre outros aspectos, pautada por intervenções urbanas nas cidades – em especial a do Rio de Janeiro, então capital federal. Naquele período, a produção do espaço urbano, que refletia também a nova organização social dada pela industrialização, buscava reforçar o imaginário de um país moderno e industrializado que pavimentava seu lugar no cenário global. As cidades brasileiras, nesse contexto, assumem novas dimensões em tamanho e em importância, o que enseja ideários reformistas por parte de uma "elite técnica" e cosmopolita que ocupava parte das "Comissões de Planos" e que passa a desempenhar um importante papel na reformulação das práticas urbanísticas no país (Rezende, 2012).

No caso do Rio de Janeiro, estas intervenções podem ser entendidas como "um plano de realizações apoiado pela ditadura de Vargas" (Oliveira, 1978:26). Henrique Dodsworth, nomeado interventor do Distrito Federal, usou de sua autonomia para promover reestruturações administrativas que viabilizariam a "reforma urbana que varreu a cidade" (Silva, 2003:118). Em um contexto ditatorial em que "não havia grita" (Souza, 2014), sem representação no governo – a Câmara havia sido fechada – e sem voz devido à censura, as opiniões dissonantes foram silenciadas. O que se publicou à época reproduziu, em sua maioria, o discurso governamental, permeado por uma postura autoritária travestida de nacionalismo (Lima, 1990).

Destas intervenções, a mais simbólica foi a abertura da Avenida Presidente Vargas, através da qual buscava-se representar a imagem de um Estado desenvolvido que se alinhava ao progresso e buscava apagar o seu passado colonial (Lima, 2016). A criação desta avenida já vinha sendo pensada em anos anteriores e foi desenhada como eixo importante no Plano Agache para o Rio de Janeiro de 1930. Embora apoiada no traçado de Agache, dobrou sua largura e foi pensada nos planos governamentais como ligação com a Avenida Brasil, inaugurada em 1946, esta última como integradora dos bairros industriais, num claro exemplo do progresso associando Estado e indústria para apoiar o desenvolvimento ao norte da Baía de Guanabara (Andreatta, 2006).

Entre as marcas desse apagamento, não só político como físico, com a abertura da Avenida Presidente Vargas foram demolidos expressivos exemplares da arquitetura religiosa luso-brasileira que, juntamente com quarteirões, ruas e centenas de outras edificações foram postas abaixo para dar lugar à modernidade rodoviária.

Uma comparação entre a tipologia dos traçados urbanos novo e antigo pode nos ser útil como "chave de leitura da própria história do poder na cidade, da disputa de classes sociais e grupos pela ordenação do seu território, pela construção de sua imagem simbólica" (Monteiro, 2017:29). Destacamos aqui dois traçados que podemos identificar na região: o primeiro é o traçado em "grelha colonial" ou "grelha irregular", cuja forma



No âmbito da relação entre as religiões e espaço urbano, destacamos o escritor João do Rio que, através de obras que compilam suas crônicas como *As Religiões do Rio* e *A Alma Encantadora das Ruas*, publicadas em 1906 e 1908, respectivamente, contribui para a compreensão da diversidade religiosa da área central da cidade no início do século XX (Rio, 1906; Rio, 1995). Dentre seus relatos, aparecem religiões como Candomblé, Maronita, movimento Evangélico e outras práticas cristãs, Positivismo, Satanismo, Culto ao Mar etc. Também cita expressões como “Macumba”, “Feiticeiros”, “Sacerdotisas do Futuro” e “Ocultismo”, geralmente associadas a outras religiões e que abrem debate sobre as formas de tratamento de determinadas manifestações religiosas e suas categorias. Em grande parte dos seus escritos constam referências a pessoas e ambientes que possibilitam o mapeamento destas práticas na cidade.

Relatos semelhantes foram feitos pelo cronista Luiz Edmundo na obra *O Rio de Janeiro de meu Tempo*, editado em 1938, mas que se refere temporalmente à alvorada do século XX. Em seu livro, onde menciona principalmente a região central, estão descritos lugares, o cotidiano, a paisagem, assim como as expressões religiosas ali presentes. Pode-se dizer que essa multiplicidade religiosa, principalmente no centro, compartilhava de um mesmo território. De acordo com Edmundo (2003:143), havia o paradoxo de fiéis que frequentavam mais de um núcleo religioso: “por vezes, esses que se acreditam piedosíssimos cristãos, deixando a igreja dos Barbadinhos, cruzam a Travessa do Castelo, onde está a macumba do preto João Gambá”.

Estas crônicas possibilitam, portanto, a identificação de espaços, pessoas e manifestações religiosas que ocorriam na cidade no início do século XX, destacando endereços como templos, terreiros, centros, igrejas e outros ambientes que serviram à presente investigação como uma primeira aproximação sobre o tema.

### 3.2. A CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO PELO OLHAR DOS MODERNISTAS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

A partir da década de 1930, o Rio de Janeiro se torna uma cidade moderna “no sentido estrito”, sendo segregado “em bairros com composição ética e social relativamente homogêneas”. O espaço público é ordenado a partir de uma nova concepção de cidade, deixando de ser o lugar da fluidez de ideias e da cultura urbana “para passar a ser simples espaço de circulação” (Uriarte, 2011:14). Essa nova configuração, em especial no centro da cidade, se reflete também na forma como estes espaços são apropriados pelos literatos das décadas de 1930 e 1940. Uma maior ênfase no cotidiano dos bairros pode ser percebida entre as crônicas de escritores modernistas do período – como Mário de Andrade (2015) e Carlos Drummond de Andrade (1985), que falam respectivamente do Catete e de Copacabana, bairros onde moravam –, deslindando o afastamento destes intelectuais com relação à vida urbana do centro.

Essa mudança de centralidade dos literatos em relação à geração anterior também vai aparecer nas crônicas de Manuel Bandeira, que vivencia e escreve sobre um Rio de Janeiro que adentra a Era Vargas, mas que só posteriormente, na década de 1950, lança seu olhar sobre espaços desarticulados com as intervenções urbanas do período, como

nesta crônica de 1959: “Até desaparecer como praça, quando incorporada em toda sua largura à Avenida Presidente Vargas, foi a praça Onze [...] ‘a fronteira entre a cultura negra e a branco-europeia’”. Bandeira indica que essa “fronteira” teria então se deslocado para a orla marítima da zona sul “desde o Leme até o Leblon” (Bandeira, 2015, *apud* Uzêda, 2017: 45), apontando para dispersão de uma sociabilidade religiosa outrora pulsante no centro da cidade. Ver Figura 3.



**Figura 3.** Antiga Praça Onze de Julho, antes da incorporação da área à Avenida Presidente Vargas. Fonte: Acervo IMS/ImagineRio, Augusto Malta, 1922c.



(Lima, 2016:162), que acabaram sobrepostas pela passagem do progresso no âmbito da ditadura. Estes posicionamentos dissonantes, a exemplo das crônicas de Marques Rebelo, revelam que o processo de desaparecimento dos espaços da fé católica foi, dentre a memória destas intervenções, a circunstância menos esquecida. Ver Figura 5.



**Figura 5.** Abertura da Avenida Presidente Vargas com as Igrejas do Bom Jesus do Calvário, à esquerda, e de São Pedro dos Clérigos, à direita. Fonte: Arquivo Diários Associados – RJ/Acervo IMS, [s. d.].

Quanto às religiões não hegemônicas, estas não chegam a figurar nas críticas às demolições do período. Somado a isso, havia a repressão a práticas religiosas de matriz afro-brasileira (Oliveira, 2015). O imaginário negativo criado a respeito dessas práticas, que também se faziam presentes nos lugares desarticulados pela abertura da Avenida, impossibilitou que fossem consideradas e assim lembradas em sua importância como lugares de sociabilidade religiosa. A pouca relevância em comparação aos monumentos católicos desaparecidos acabou por forjar a ideia de que outras religiões não compartilhavam o mesmo espaço na cidade. O mapeamento desses lugares nos permite, portanto, ampliar a percepção a esse respeito e vislumbrar a diversidade de espaços religiosos ali presentes.

#### 4.1. CRÔNICAS E FRAGMENTOS HISTÓRICOS NO ESPAÇO URBANO: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DO MAPEAMENTO DIGITAL

Através da representação gráfica digital busca-se, neste ensaio, explorar as possíveis interfaces entre os relatos dos cronistas, demais fontes primárias e as possibilidades da sua visualização no espaço urbano por meio do mapeamento digital, estabelecendo um diálogo, através da representação gráfica, entre os campos da Literatura e da Historiografia Urbana. Neste sentido, convém traçarmos algumas considerações a respeito do campo de conhecimento onde esta abordagem se situa, bem como dos aspectos metodológicos relacionados com as características específicas do presente estudo.

A metodologia do presente estudo enquadra-se no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica (GIS, na sigla em inglês) –, cujas informações georreferenciadas são a “matéria-prima” para a construção de interconexões com o espaço físico, possíveis a partir da criação de bancos de dados como condição fundamental para seu mapeamento. Mais especificamente o GIS histórico (HGIS), voltado a processos que constituíram os territórios culturais humanos, em particular as cidades, é um campo de conhecimento que vem revelando diferentes aspectos destes processos e atualmente se configura como importante ferramenta metodológica na área das Humanidades Digitais, na qual esta pesquisa se insere.

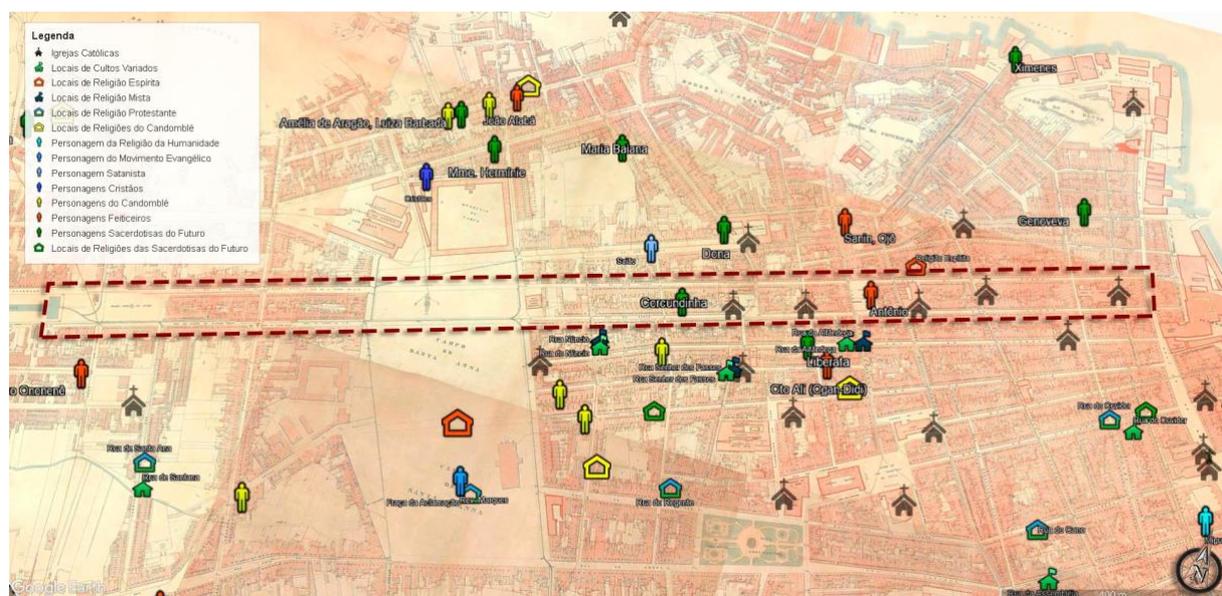
Metodologicamente, partiu-se inicialmente da leitura de cronistas que falam sobre a cidade no início do século XX. Tal opção foi feita como prova de conceito da pesquisa, na medida em que as crônicas deveriam ser avaliadas preliminarmente quanto à sua capacidade de oferecer informações localizáveis no espaço urbano. Também era de interesse verificar se tais informações existiam em quantidade suficiente para constituir um universo de dados consistente para ser mapeado, considerando a necessidade de se estabelecer um conjunto mínimo adequado para um resultado relevante em termos historiográficos. Após a leitura das crônicas, nas quais foi encontrada uma grande quantidade de fragmentos narrativos mapeáveis, uma posterior imersão em jornais e periódicos entre as décadas de 1920 e 1940 nos possibilitou a ampliação do mapeamento, em especial das religiões de matriz afro-brasileira, cujas práticas consideradas ilegais predominaram nas páginas policiais destas publicações.

Em uma etapa seguinte, tais fragmentos foram organizados em uma tabela que serviu como fase inicial da criação de um banco de dados. Assim, as narrativas passaram a ser decompostas em blocos de informação, condição necessária para a sua transposição para o mapeamento digital. Ainda que o destino sejam os sistemas GIS mais complexos, neste momento optou-se por um mapeamento baseado na plataforma Google Earth, considerando que a base de dados, uma vez ali implementada, pode ser transposta para outras plataformas.

O processo de tabulação das fontes revelou quatro diferentes categorias de informação. As mais completas trazem personagens específicos e seus endereços, localizando pessoas em locais bem definidos da cidade. Outras falam de um personagem associando-o a uma determinada rua, mas não a um endereço específico. Ainda que menos definida, tal informação também cumpre os requisitos para seu mapeamento. Uma terceira categoria fala de lugares em que se praticava determinada religião, mas não os associam a nenhum personagem específico, sendo útil ao revelar espaços da cidade relacionados com o tema de estudo. Uma quarta categoria apresenta personagens dissociados de seu lugar no espaço urbano, não sendo considerada por não cumprir o requisito básico de trazer informações mapeáveis.

## 4.2. MAPEAMENTO DOS ESPAÇOS RELIGIOSOS DESAPARECIDOS

Considerando os limites espaciais do estudo, podemos observar a coexistência de uma distinta gama de religiões em uma área densa e compacta. Os espaços da fé católica, exaustivamente representados nas plantas oficiais, são percebidos em maioria no mapeamento. Os demais consistem em um levantamento não exaustivo, dado que se limitam aos lugares relatados pelos cronistas e àqueles que figuram nos principais periódicos em circulação do período. Entretanto, o mapeamento permite uma primeira aproximação do universo religioso presente na Avenida e em seu entorno nas primeiras décadas do século XX. Ver Figura 6.



**Figura 6.** Mapeamento dos espaços religiosos na região central do Rio de Janeiro. Em vermelho o trecho de abertura da Avenida Presidente Vargas. Fonte: Elaboração própria com base em mapa de Edward Gotto, 1871.

Próximo à Igreja de São Domingos, atendia uma “célebre adivinha de atores e de repórteres” (Rio, 1906:186). Tratava-se de uma personagem bastante procurada pela sua capacidade de prever o futuro: “a Corcundinha,

[...] tem uma fama tão grande que chega a deitar cartas por dia, às vezes para mais de cinquenta pessoas. Cada consulta custa cinco mil réis e ela só anuncia coisas lúgubres” (Rio, 1906:188). Nas proximidades da Igreja de Bom Jesus do Calvário funcionava uma casa espírita, localizada na extinta Rua de São Pedro. Em uma batida policial, a atividade foi descoberta, porém não reprimida: “verificou-se então que aquilo nada mais era do que uma macumba praticada por grã-finos” (Diário da Noite, 1938:1). Próximo dali, encontrava-se também Antonio, feiticeiro que entoava “maviosas cantigas” no Largo do Capim (Rio, 1906:51).

Nas imediações da Avenida, vemos uma mescla de religiões presentes em ambos os lados que, ainda que não tenham desaparecido com as demolições, podem ter sido desarticuladas com as reformas urbanas que acabaram por transformar as dinâmicas daquele espaço.

## 5. Considerações finais

Permeado de esquecimentos, o processo de abertura da Avenida Presidente Vargas na década de 1940 não ocorreu sem deixar profundas marcas no tecido urbano e na sociedade. Ainda que os lugares desaparecidos não sejam visualmente percebidos na atual conformação da cidade, os relatos e vestígios documentais a respeito das religiões nos levam a uma compreensão da diversidade das práticas sociais que ali ocorriam.

Testemunhando o início de um século com intensas transformações na cidade, os cronistas nos oferecem informações sobre a sociabilidade religiosa do período com grande riqueza de detalhes. Entretanto, no momento em que, junto a outras fontes, são visualizadas no espaço urbano, essas informações ganham uma nova dimensão, revelando as proximidades e distanciamentos entre diversas crenças no mesmo espaço e possibilitando vislumbrar um mosaico urbano-social destes lugares arrasados.

## 6. Referências

- Andreatta, V. (2006). *Cidades Quadradas, Paraísos Circulares. Os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Andrade, C. D. (1985). *O observador no escritório: páginas de diário*. Rio de Janeiro: Record.
- Andrade, M. (2015). *O melhor de Mário de Andrade: contos e crônicas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Diário da Noite (1938, 05 de novembro). *Homens e mulheres numa dança exótica na Rua de S. Pedro* [nov. 5]. [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_01&Pesq=%22macumba%22&pagfis=39197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&Pesq=%22macumba%22&pagfis=39197)
- Duarte, C. F. (2019). O movimento das cidades no tempo: o bulevar, a rodovia e a nebulosa. *Geograficidade*, 9(2), 65-75.
- Edmundo, L. (2003). *O Rio de Janeiro de meu Tempo*. Brasília: Senado Federal.
- Fridman, F. (2007). *Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Gomes, R. (2008). *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Lima, E. F. W. (1990). *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: SMC/DGDI.
- Lima, E. F. W. (2016). De Teatro do Poder a Centro Financeiro e Administrativo. Sete décadas de transformações na Avenida Presidente Vargas. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 10, 157-174.
- Lynch, K. (2007). *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Monteiro, E. Z. (2017). A tipologia dos traçados urbanos como indicador de poderes concentrados ou dispersos. *Revista de Morfologia Urbana*, 5(1), 27-29.
- Oliveira, L. G. (1978). *Desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro: uma visão através da legislação reguladora da época – 1925/1975*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Oliveira, N. F. (2015). *A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileiras no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História Social). UFF, Niterói, RJ, Brasil.
- Paiva, V. (2015). O mundo em fragmentos: Marques Rebelo, a política e as letras no Estado Novo. *Luco-Brazilian Review*, 52(2), 54-72.
- Paneraí, P., Castex, J., & Depaule, J. (2013). *Formas urbanas: a dissolução da quadra*. Porto Alegre: Bookman.
- Rio, J. (1906). *As Religiões do Rio*. Rio de Janeiro: H. Garnier.

Rio, J. (1995). *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.

Silva, L. H. P. (2003). *História do urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: E-Papers.

Scaramella, R. R. (2007). *Marques Rebelo: um modernista carioca e esquecido*. Dissertação (Mestrado em Letras). UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Rezende, V. (2012). O urbanismo na Era Vargas: uma introdução. In: V. Rezende (org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras* (9-19). Niterói: Intertexto.

Souza, R. L. A. (2014). “Não havia grita...”: política e reformas urbanas do Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 8, 361-377.

Uriarte, U. M. (2011). Cronistas da cidade e cultura urbana em inícios do século XX: os costumbristas de Lima e João do Rio. *Ponto Urbe*, n. 9, 1-18.

Uzêda, A. L. M. (2017). Crônicas de um passado que verdadeiramente nos pertence: memória e patrimônio em Manuel Bandeira. *Entreletras*, 8(1), 24-49.